

A PERSISTENTE CRISE DO AGRONEGÓCIO DA LARANJA EM SERGIPE

Marcléia Elias Moura¹
Vanessa Dias de Oliveira²

Resumo

A reestruturação produtiva do capital no campo impõe o aumento da produtividade e a subordinação do trabalho camponês e assalariado. Em 2003 o governo de Sergipe criou o Programa de Revitalização da Citricultura para recuperar a produtividade da laranja, de base camponesa, mas sem êxito. Objetivou-se identificar o papel que os camponeses assumiram na inserção deste pacote tecnológico. As pesquisas revelam que o programa foi direcionado a uma minoria de produtores, excluindo e fragilizando o camponês pela monopolização do território pelo capital. Também a concorrência de outras modalidades de suco, reduziu a demanda da laranja para processamento industrial, revelando que a crise é igualmente nacional, oriunda do padrão produtivo de sucos com menos teor de fruta e mais diversificado em sabores. Depois de uma década o programa foi extinto e, para muitos camponeses, o endividamento, a expropriação, a baixa produtividade e a subordinação às indústrias de suco estão em curso, mostrando a precariedade do labor e o desemprego como principais traços do Centro-Sul de Sergipe.

Palavras-chave: reestruturação produtiva; trabalho camponês; crise do agronegócio.

Introdução

Após o esgotamento dos anos dourados do capitalismo, a crise estrutural do capital impõe novas territorialidades no seu funcionamento sociometabólico, notadamente no âmbito da esfera organizativa do labor. Um novo padrão de acumulação emerge, redefinido a divisão social e territorial do trabalho e a própria classe trabalhadora. O campo, em sintonia com este movimento, cria e recria formas de exploração que expressa a dinâmica espacial do capital por novas fontes de oxigenação.

A crise estrutural corresponde a uma crise de valorização do capital forçando-o a procurar lucratividade na esfera financeira. O crescimento das forças produtivas ao alterar quantitativamente o processo de produção, incorporando mais trabalho morto do que vivo, altera qualitativamente as formas de valorização, mas sem se livrar do trabalho humano por completo. Ela define-se pelo alcance das contradições do capital em níveis irreversíveis e insuperáveis. Esta tese é defendida por Mészáros (2002), que explica a especificidade desta

¹ Universidade Federal de Sergipe (CODAP). E-mail: marcleiam@yahoo.com.br.

² Universidade Federal de Sergipe (DGEI). E-mail: vanessa25geo@yahoo.com.br.

crise ser estrutural por ser universal, não se restringir a um ramo particular, mas abranger a totalidade das relações de produção. Sendo ao mesmo tempo, de alcance global e com escala de tempo extensa e permanente.

Nesta nova temporalidade histórica o Estado “mínimo”, na qualidade de sistema político abrangente do capital, aparece garantindo a acumulação financeira, que os excedentes de capitais extrapolem as fronteiras nacionais sugando o trabalho fragilizado e flexível nos territórios, a partir do dismantelamento de legislações que o protegiam. Sua função se reafirma na crise na tentativa de retificação dos defeitos estruturais entre produção e consumo, produção e controle produção e circulação, sem eliminá-los, mas mantendo a condição absoluta do comando objetivado e alienado sobre o trabalho, criando as condições de sua desvalorização.

A delimitação dessas mudanças será a recessão de 1974 – 1975³, quando capital procurou, de todas as formas, romper com as amarras das relações sociais, leis e regulamentações. Destarte, contribuiu para a ofensiva no capital: o fortalecimento adquirido nos “trinta anos gloriosos”; o uso das tecnologias para modificar as relações com os trabalhadores assalariados e sindicatos; o apoio pelos Estados capitalistas às políticas de liberalização, desregulamentação e privatização (ALVES, 1999).

A financeirização da riqueza capitalista, principal determinação da mundialização do capital, corresponde à capacidade de transformar dinheiro em dinheiro (D - D') sem sair da esfera financeira sob a forma de juros, de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações. Isso reflete a retração da produção industrial e a ampliação de formas de trabalho fora deste núcleo intensificando a tendência decrescente da taxa de lucros.

Para retomada do ciclo produtivo o sistema do capital cria a reestruturação produtiva na busca de formas flexíveis de apropriação da mais-valia via intensificação da exploração, com a inserção de tecnologias cada vez mais inovadoras na produção, nos espaços rurais e urbanos. A difusão dessas técnicas está calcada nos “Circuitos de

³ O marco desta fase de lucros não reinvestidos na produção situa-se entre 1965 e 1973 e teve como base o mercado de eurodólares. A partir de 1973 os petrodólares aumentaram ainda mais esta massa de dinheiro que foi canalizada, sobretudo na forma de empréstimos propostos em consórcio para aos países de Terceiro Mundo, subordinados economicamente e financeiramente ao Imperialismo. O efeito disso foi a busca de valorização via Investimento Externos Diretos e o lançamento de uma nova base de relação entre credor e devedor, uma vez que as dívidas eram tomadas com taxas de juros flutuantes (CHESNAIS, 2010).

Qualidade Total” baseados no toyotismo, que se misturaram com os objetivos nacionais e passaram a adequar as novas tecnologias microeletrônicas na produção, repercutindo tanto do ponto de vista da concorrência capitalista, como também nas instâncias de organização política.

No campo brasileiro a reestruturação produtiva se manifesta desde 1980, mas conforme Thomaz Júnior (2004) é apenas no princípio da década seguinte que atinge amplitude e profundidade, no momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo. Desvelar o trabalho no campo hodierno, implica, ler o camponês enquanto trabalhador. O universo do trabalho está dentro da luta pela terra, no âmbito sindical, na luta por melhores salários, por preços justos aos produtos camponeses, etc.

A sintonia entre financeirização da economia e reestruturação produtiva, enquadra o capital no patamar máximo de sua internacionalização e também no limite de suas contradições absolutas, entre elas, a de tentar se livrar do trabalho vivo, readequando-o e subordinando-o de forma diversa e inédita no campo e na cidade. Uma nova morfologia do trabalho se coloca, cuja face mais cruel é a precarização, e com ela a intensificação da expropriação, desemprego, pobreza, destruição da natureza, conflitos e luta pela terra no campo. É em acordo com este processo que caminha a reestruturação produtiva em Sergipe, a partir dos desdobramentos da criação e do fim do Programa de Revitalização da Citricultura Sergipana.

A reestruturação produtiva no campo: inovação tecnológica e controle do trabalho

Dentro do contexto neoliberal o campo passa a ser interpretado a partir da eficiência e produtividade. As contradições são postas de lado, a tecnologia reaparece no discurso de avanço e o agronegócio como meio de superação dos problemas. As inovações tecnológicas se expandem e se conformam no campo do Brasil abrangendo todo o processo produtivo.

Entre essas tecnologias, destacam-se as informacionais, a engenharia genética e a biotecnologia (abrangendo a variedade de técnicas sobre a manipulação de organismos vivos, pela recombinação genética do DNA, tendo como foco o núcleo da célula). A agricultura torna-se mais produtiva, reduzindo o tempo de produção com mais máquinas,

colhedoras, tratores, pulverizadores com computadores de bordo monitorados por satélites, que permitem o monitoramento agrícola por sensoriamento remoto orbital e, dessa maneira, todo o encaminhamento da produção (CASTELLS, 2003).

Tais tecnologias, sobretudo as biotecnológicas, concentram-se nas culturas de exportação do agronegócio e têm a função de reduzir os custos com o uso de menos força de trabalho, ainda que explorada de forma mais intensa. As inovações biológicas se intensificam para aumento da produtividade sob o poder das transnacionais químicas e farmacêuticas, que mundializadas ganham uma importância ímpar, em vez de estarem a serviço da melhoria social.

Observa-se um esforço obstinado das companhias envolvidas na produção agrícola em não melhorar a resistência das plantas cultivadas contra pragas e doenças, para aumentar o consumo de pesticidas e herbicidas produzidos pela mesma companhia, este é o caso da Monsanto. A fusão das indústrias do setor químico com a de sementes objetiva o aumento da dependência dos agricultores desde a compra dos insumos até a venda dos seus produtos e, também, essas fusões representam o controle de algumas empresas no mundo (PORTO GONÇALVES, 2006).

As tecnologias tornam-se a base de sustentação da reprodução do capital, pois a partir delas as grandes empresas mundiais de agronegócios podem obter um controle sobre diversas faces do processo de produção. Há uma modificação do trabalho no campo em virtude da tecnologia que é trazida de fora, e que dita o ritmo e os procedimentos. O trabalhador passa a controlar o processo de trabalho de forma parcial, ele tem que aderir ao uso de tecnologias e aprender técnicas de manuseio das mesmas para produzir para o mercado.

A inovação da tecnologia tem servido apenas para ampliar a esfera de domínio das grandes empresas do agronegócio, pois estas aceleraram a produção para garantir a competitividade e são capazes de substituir diversas fases do trabalho. O maior efeito da inovação tecnológica tem como alvo o mundo do trabalho, o modelo toyotista em andamento ocorre em sintonia com o crescimento exacerbado do desemprego estrutural, enfraquecimento dos sindicatos ao tempo em proliferam regimes e contratos mais flexíveis de trabalhos, precarizados, terceirizados e informalizados que atingem a totalidade da força de trabalho mundial, e especialmente mulheres, imigrantes e camponeses.

Somado a isso o papel do Estado enquanto agente promotor do desenvolvimento é “deslocado” para o mercado garantindo que o Neoliberalismo efetive políticas de desregulamentação e liberalização financeira, em todos os países, notadamente nos periféricos como o Brasil, em que a função histórica na DIT continua a ser a de produzir à custa de trabalho barato e desprotegido. Logo, tem ocorrido necessariamente a desregulamentação dos direitos do trabalho e aumento da fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, que expropriada se fragiliza perante seu algoz. Este conjunto de transformações tem permitido um patamar nunca visto de desvalorização do trabalho que tem na precarização e precariedade condição *sine qua non*.

Explica Leite (2011) que a precarização é um processo relacional, que deve ser levado em conta considerando o processo histórico, remete a ideia de deterioração, de perdas do direito associado ao trabalho, corresponde ao trabalho ao emprego estável.

O conceito de precariedade consiste nas formas de inserção ocupacional aquém dos direitos adquiridos pela classe trabalhadora historicamente, não carrega consigo a degeneração, envolve a instabilidade, falta de proteção. Por isso ela passa a ocupar um lugar central na acumulação atual como a nova informalidade. O trabalho temporário, parcial e em domicílio se enquadram na precariedade do trabalho. A precarização se fortalece porque caminha ao lado da precariedade, o desenvolvimento da primeira engendra a segunda. A precariedade atual do trabalho revela o misto de intensificação da mais-valia absoluta e relativa, das novas modificações do trabalho produtivo e improdutivo, no aumento do trabalho imaterial em relação ao material e na predominância das modalidades de trabalho informal, bem como do perfil apresentado pela superpopulação relativa e sua incorporação.

No campo a nova morfologia do trabalho faz com que o capital incorpore, onde forem funcionais, relações não-capitalistas (não assalariadas) nas relações capitalistas mantendo os trabalhadores com a terra, mas subsumido ao mercado. Também promove o inverso: expropria trabalhadores transformando-os em trabalhadores assalariados diaristas ou temporários. Formas de trabalho diversas tomam forma, e seu controle permanece central na acumulação e na produção de riqueza.

No espaço agrário brasileiro a ofensiva do capital ocorre pela territorialização, através da expropriação da terra e a apropriação da mais-valia a partir da transformação dos trabalhadores em assalariados; e pela monopolização, por meio da extração da renda da

terra via subordinação do trabalho camponês na imposição do que produzir. Estes dois processos representam a forma assumida pelo trabalho no contexto da inovação tecnológica e valorização do capital no eixo do agronegócio.

Nesse plano, a inserção do espaço agrário do Brasil no contexto da expansão capitalista mundial deve ser entendida a partir da contradição e combinação que revestem esse movimento. Contradição porque o capital se dá no campo não só através de relações de produção capitalistas (trabalho assalariado), mas também redefinindo as relações de produção não-capitalistas. Combinado porque independentemente das especificidades e contradições apresentadas pelos processos, ele constitui parte de um processo maior, do capital e sua reprodução na totalidade das relações.

O objetivo cada vez crescente é o aumento da produtividade. Deve-se produzir mais em menos tempo, em menos espaço e com menos força de trabalho, favorecendo a potencialidade produtiva em ampla escala e com baixos custos, pautada em um acordo que favorece o equilíbrio da balança comercial brasileira, as estratégias de expansão e enriquecimento das grandes empresas e também o atendimento das necessidades dos mercados consumidores.

Entre os produtos de exportações do agronegócio se encontram a soja (em grãos, óleo e farelo), carnes, produtos florestais (papel, celulose e madeira), algodão e fibras têxteis, trigo, milho, sucos de frutas, especialmente laranja, frutas e hortaliças, fumo, dentre outros. Afirma Oliveira (2003) que o agronegócio que moderniza o país com tecnologia inovadora e exporta esses produtos sob a lógica do mercado mundial, faz com que o país contraditoriamente importe muito desses produtos e também os básicos como arroz, feijão, trigo, leite. “O Brasil produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros”.

A lógica do agronegócio insere o nacional no mundial, em que não há limites para o lucro. O discurso da agricultura do agronegócio, com grande uso de tecnologias, destaca que o trabalho camponês é um atraso. Mas esse discurso não se sustenta, com base nos dados do IBGE, o autor destaca como a tecnologia, ainda que apropriada de forma desigual e estando concentrada nos cultivos voltados para o agronegócio, faz-se relativamente presente nas pequenas unidades da seguinte forma: 63,5% dos tratores estão nas pequenas unidades de produção, o mesmo acontece com as máquinas para plantio e colheita; o uso de fertilizantes apresenta ao mesmo tempo os maiores e os menores percentuais nos

pequenos estabelecimentos; o uso de agrotóxicos atinge 80% dos pequenos estabelecimentos. Além disso, as pequenas unidades ainda produzem a grande maioria dos produtos do campo e também geram mais renda no campo. A realidade do campo neste século é resumida por Oliveira (2003) da seguinte forma:

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescentes sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa é a realidade mais cruel, é a face da barbárie que a modernização gera no Brasil (OLIVEIRA; 2003, p.114).

O agronegócio representa os interesses exclusivos de classes nacionais e estrangeiras, expresso pelas grandes empresas capitalistas vinculadas aos grandes conglomerados de indústrias químicas e de alimentos, capital bancário e financeiro, e aos latifundiários e grileiros, sob a esteira dos ajustes do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio.

Sendo assim, Thomaz Júnior (2004), apresenta os propósitos do capital em nível internacional são: 1) Sufocar a resistência dos camponeses, das comunidades nativas, indígenas, pescadores, atingidos por barragens operários urbanos e rurais desempregados, subempregados, para implementar a expropriação e a sujeição dos camponeses, sendo que recriá-los subordina-os com mais intensidade; 2) Blindar qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado; 3) Deteriorar e precarizar as condições de trabalho; 4) Intensificar as jornadas de trabalho; 5) Ampliar os horizontes da adoção de mão-de-obra infantil; 6) Desempregar assalariados; 7) Fragilizar relações de trabalho formais; 8) Intensificar as práticas de terceirização das cooperativas de trabalho; 9) Rebaixar salários, dentre outros.

É dessa maneira que caminha a reestruturação produtiva do campo no Brasil, pela alta inserção tecnológica que concentra o poder nas grandes corporações financeiras, grandes indústrias, laboratórios de adubos e fertilizantes herbicidas e desvalorização do trabalho. A leitura do campo deve ser feita pela inserção do camponês no contexto do sociometabolismo do capital, este cria o trabalho assalariado como forma básica de

produção social, mas no campo expropria e assalaria os territórios que convém, quando não, permite que os camponeses permaneçam em suas terras subsumindo sua produção ao capital, caso este do Centro-Sul de Sergipe, notadamente Lagarto, no agronegócio da Laranja.

As tecnologias e a subordinação do trabalho na odisséia do programa de revitalização da citricultura

No Estado de Sergipe a história da modernização do campo acompanhou a ideologia do desenvolvimento nacional a partir de 1960. A inserção de tecnologias foi estruturada para a produção de laranja que se tornava nesse momento um dos principais produtos de exportação. Assim, através da modernização da citricultura, houve na década seguinte a expansão de tecnologias na região Centro-Sul do Estado. Tanto o governo federal como estadual foram responsáveis pela criação de infra-estrutura, pela tecnologia empregada no cultivo, pelo sistema de crédito, pela abertura de estradas e também pela instalação de órgãos e pesquisas e de extensão rural que favoreceram o crescimento da produção de laranja.

A necessidade de dinamizar a produção camponesa pouco lucrativa nos municípios do Centro-Sul teve na COOPERTREZE (Cooperativa dos Agricultores da Colônia Treze) seu impulso, era preciso subordinar a renda da terra ao capital. Com a instalação das indústrias processadoras de suco e, também com a chegada das indústrias de fertilizantes em 1980, o complexo industrial do estado foi completado, confluindo para significativos ganhos de produtividade.

Dessa forma, contando com a inovação de insumos modernos como fertilizantes e defensivos, além de máquinas e implementos, houve toda uma ampliação dos conhecimentos tecnológicos subsidiados pelas políticas do Estado no processo de “modernização”. Sergipe se inseria no modelo de “desenvolvimento brasileiro”, no pacto e dependência do mercado internacional, tendo o Estado como fomentador e controlador do crédito tanto das instituições financeiras públicas como privadas.

Foi assim que na década de 1980 a citricultura sergipana passou por um período de crescimento econômico, momento que Sergipe chegou à condição do segundo produtor nacional. Da área tradicional formada pelos municípios de - Boquim, Arauá, Riachão do Dantas e Pedrinhas -, ocorreu uma expansão para os municípios de Lagarto, Salgado,

Umbaúba, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanh, Itabaianinha, Indiaroba, Cristinápolis e Tomar do Geru, totalizando quatorze municípios.

Depois de uma década de crescimento, de *boom* econômico a laranja entra em crise no início da década de 1990. As conseqüências da crise não só demonstravam os resultados da redução do crédito agrícola, mas especialmente da proliferação de pragas e doenças que atingiram os pomares. O envelhecimento dos mesmos potencializou ainda mais os índices de baixa produtividade e produção da laranja, causando prejuízos aos seus produtores. O endividamento junto às instituições financeiras e a baixa produção fizeram com que muitos perdessem ou vendessem suas terras, migrassem, ou se tornassem trabalhadores temporários e assalariados. A pesquisa e a extensão rural passaram por reduções de orçamento e a atuar de forma muito precária e seletiva.

Os desdobramentos da acumulação flexível e seu ajuste espacial temporal, sustentam-se na mudança no papel do Estado no contexto neoliberal (desregulamentação, privatizações, etc.), que imprime um reordenamento territorial no campo em sintonia com o modelo de financeirização. Os subsídios direcionados para o campo passam para o controle das corporações privadas. A alteração na política de subsídios agrícolas, o aumento da produção de laranja dos Estados Unidos (principal concorrente do país), o endividamento da maioria dos produtores de laranja com os bancos, além de outros problemas técnicos da produção de laranja nos municípios citricultores de Sergipe como – a baixa produtividade, dos pomares envelhecidos, dos níveis nutricionais reduzidos do solo, do ponto de maturação e pós-colheita inadequados, baixo uso de tecnologias de produção e transporte, e especialmente a proliferação de pragas e doenças, - foram as condições nucleadoras da crise a partir de 1990. Apesar disso, a citricultura sergipana continuou seguindo os rumos e a lógica do agronegócio capitalista, mantendo-se como importante do produto do agronegócio no Estado.

O ritmo da balança de exportação do agronegócio do suco de laranja teve em 2001 um substancial aumento do valor comercial no país, e em Sergipe ocorreu o aumento da produção de laranja. Nessas condições, o Governo do estado de Sergipe se insere na reestruturação da produção do capital através da criação em 2003 do Programa de Revitalização da Citricultura para o Centro-Sul (Frutificar-SE). Dentre os municípios pioneiros do Programa de Revitalização da Citricultura estão os que mais produzem Laranja atualmente: Itabaianinha, Cristinápolis, Lagarto e Boquim.

Ocorreu a incorporação concentrada de tecnologias na produção de mudas cítricas (nas mãos de pequenos produtores), processo esse que favorecia o capital financeiro (porque envolvia solicitação de empréstimos por parte dos selecionados), os médios produtores (pois se enquadravam nas condições financeiras exigidas pelo programa) e as grandes indústrias que passaria a ser favorecida com uma oferta de produto melhor e em maior quantidade. Quando em ação, o programa buscou erradicar os viveiros “clandestinos” e pomares envelhecidos, construiu viveiros telados, fez seleção de produtores de mudas. O programa também executou o cadastramento daqueles que ficariam com a responsabilidade de produzir a laranja a partir da compra com desconto da muda telada, e em muitos casos houve a doação de adubos e apoio técnico do governo.

Toda a mudança do programa esteve concentrada na produção da muda telada, que no discurso do governo promoveria a produção de mudas de laranja com baixo custo, pouco uso de produtos químicos, agrotóxicos, que garantiria produtividade elevada e maiores possibilidades de renda. Este processo foi concentrado apenas na parte inicial da cadeia produtiva da Laranja, enquanto que os resultados da efetiva produção e seus custos bem como o preço do produto final junto às grandes indústrias não romperiam a condição desfavorável dos camponeses produtores.

Logo, o Programa desde o início da implantação teve uma característica problemática essencial: só passaria a produzir muda telada uma minoria de produtores que tivessem condições financeiras de aquisição da estufa (que em 2007, custava aproximadamente R\$ 33.000,00). Muitos camponeses impossibilitados ficaram de fora, e uma parte deles insistia na produção da muda a céu aberto sob risco da polícia federal invadir a terra e destruir estas mudas. Fora da estufa a produção de muda passava a ser ilegal clandestina. A divisão territorial do trabalho imposta pelo programa do governo, sob discurso de melhoria dos indicadores econômicos da região, já criava desemprego na sua instalação. Além disso, os produtores de laranja camponeses que resolvessem plantar novos pés teriam que esperar sete anos até que os laranjais tivessem em condições iniciais de produção (mesmo consorciado com outros produtos) isso implicaria em uma redução da renda desses trabalhadores, que vinha, sobretudo da laranja. Esta incerteza deixou muitos camponeses temerosos que preferiram manter seus laranjais mesmo com toda a baixa produtividade e ataque de pragas.

A grande maioria de produtores de laranja são historicamente trabalhadores camponeses no estado de Sergipe que tem propriedades com em média 4 a 10 tarefas, diferentemente de outras áreas produtoras do Brasil. Com o programa, estes trabalhadores ficaram à margem e continuam produzindo a laranja (com pomares velhos e parcialmente renovados), mas fragilizados perante as indústrias de insumos e indústrias processadoras que determinam o preço das mesmas.

Em Lagarto, município núcleo do programa, apesar das relações de trabalho ainda existirem (parceiros, rendeiros, agregados, colonos, etc.), ocorrem profundas mudanças nas suas relações com o capital. Essas ações operam no sentido de tornar principalmente a unidade camponesa mais dependente dos mecanismos do mercado, seja na obtenção dos seus meios de vida, seja na compra de insumos para a produção ou dos instrumentos de trabalho, e na própria sujeição da renda terra ao capital sob a venda de mercadorias. Ao reestruturar a produção pela dinâmica da inovação tecnológica, o capital tem imprimido uma nova divisão técnica do trabalho, mais flexível que redefine as formas do trabalho, sobretudo camponesa.

Em 2007 a pesquisa já revelava que mesmo que a revitalização atingisse a todos os produtores de laranja, não resolveria os problemas estruturais da citricultura, pois a somente a revitalização dos pomares não seria solução para a crise da região Centro-Sul e de Lagarto. Os problemas envolvem assistência técnica, e o déficit tecnológico é elevado em todas as etapas (produção, colheita, beneficiamento e transporte); créditos (financiamento) e preços dos produtos mais justos pago no mercado pelo produto, e para os camponeses, intensificado o rebaixamento pela imposição junto às indústrias. Como boa parte dos produtores de laranja não renovou os pomares, ficou com o preço de suas laranjas (pomares mais envelhecidos) mais baratos ainda, em virtude da baixa qualidade das mesmas e da concorrência com as laranjas provenientes da revitalização, novas e mais produtivas. As contradições do programa se avolumaram e também as dificuldades dos camponeses produtores de laranja.

Isto foi confirmado em 2013, quando o programa de revitalização foi oficialmente extinto e agregado dentro das demandas de ação da fruticultura no estado. Em entrevista realizada no Departamento Agropecuário de Sergipe, as informações obtidas revelam que apesar da finalização do programa as mudas produzidas a céu aberto continuam proibidas, ainda que a produção de mudas cítricas teladas tenha sido reduzida pela metade (no

começo do programa eram 33 e hoje são aproximadamente 15 em operação). Muitas estufas fecharam diante dos custos elevados e parte significativa da produção de mudas ocorre atualmente dentro do Perímetro Irrigado Piauí juntamente com outra diversidade de cultivos (pimenta, batata-doce, maracujá, etc.). Hoje os produtores de mudas teladas vendem as mesmas aos interessados sem a intermediação anterior do governo.

Justamente por ter se concentrado de forma frágil em uma pequena parte da cadeia produtiva da laranja, e de forma seletiva, o programa já tinha forte chance de fracasso. Lopes (2009) explica que a cadeia produtiva da laranja é grande, envolve os bancos no fornecimento do crédito; os fornecedores de insumos (lojas de revenda de produtos agropecuários); os viveiristas (produção e venda de mudas comuns ou teladas); Secretaria de Estado da Agricultura/DEAGRO: venda subsidiada de mudas teladas, adquiridas de viveiristas credenciados; técnicos prestadores de assistência técnica e extensão rural; produtores de laranja pequenos, médios e grandes citricultores; força de trabalho assalariada em menor proporção e camponesa. Na explicativa da persistente crise os entrevistados da pesquisa do referido autor (técnicos, trabalhadores, produtores) apontaram entre as motivações resultam do descaso e falta de subsídio maior do governo, seguido das indústrias de suco na imposição dos preços baixos aos produtores e depois da falta de organização dos produtores, além de outros fatores (LOPES, 2009).

Embora se saiba que a capacidade de organização dos trabalhadores via cooperativa ou sindicato pudesse fazer com que os preços pagos pela laranja fossem melhores, não é a fragilidade política dos trabalhadores camponeses que produzem laranja em se organizarem que pode explicar esta persistente crise. Tampouco pelo recuo ou insuficiência de subsídio de governo, ainda que ocorresse o problema não seria suprimido. A questão está na sujeição da renda da terra camponesa ao capital pelo processo de monopolização, porque no caso da laranja seu principal fim é a produção de suco industrializado. Ainda que não seja assalariado, o trabalho e a produção familiar camponesa são fragilizados pela imposição dos preços dos mercados, as indústrias processadoras presentes no estado (Maratá, Tropicfruit e Sumo), também no Brasil e no mundo têm cada vez mais aumentado o seu poder, pressionando os preços da laranja para baixo.

Há uma tendência de se tentar explicar a crise também pelos problemas técnicos que tem apresentado: baixa irrigação, diversidade de doenças (clorose variada dos citros,

estrelinha, gomose, mancha marrom de alternaria, a mancha graxa, o feltro e tristeza dos citros, etc.), e pragas (ácaro-da-ferrugem, as cochonilhas ortézia e escama-farinha, a larva-minadora, o pulgão-preto e cigarrinhas. Também são apontados a pouca diversificação da variedade de copas e porta-enxertos, a reduzida variedade genética dos pomares e sua baixa qualidade (núcleo do Programa de Revitalização).

Almeida (2005) ainda complementa que outro agravante é que a produção do fruto *in natura* vem se fragilizando acentuadamente, se comparada às outras etapas, na distribuição da renda gerada ao longo da cadeia produtiva da citricultura, tais como a fabricação de insumos e implementos, processamento do fruto e finalmente a comercialização ao consumidor final. A estrutura de mercado característica da etapa processamento do fruto, com grau elevado de concentração, integração vertical e privilégio de informações de mercado, implica em transformar o dono do estabelecimento rural em mero tomador de preço, pressionando suas margens de lucratividade para baixo e lhe imputando todos os riscos de variações de preço na indústria. Mesmo a crise sendo nacional a característica da estrutura produtiva de cada estado torna seu efeito mais ou menos intenso.

Em Sergipe, 80% dos estabelecimentos são menores que 10hac (em São Paulo, 35% dos estabelecimentos estão na faixa de 10 a 20hac) impondo alguns limites operacionais na escala de produção, na capacidade de redução de custos, na absorção de inovações tecnológicas e na capitalização da unidade produtiva. Em adição, o sistema de cooperativas sergipano entrou numa crise profunda no final do século passado enfraquecendo o poder da ação coletiva dos produtores. A conjugação de tais fatores estreita ainda mais as margens de renda impostas ao produtor pela indústria, impondo-lhe conviver num ambiente de fragilidade permanente que o impossibilita melhorar seus tratamentos culturais, alargar a base genética dos pomares, enfrentar de modo correto os problemas fitossanitários, custear o aumento dos valores pagos à mão de obra e ampliar seus investimentos em tecnologia. A permanência na atividade dos trabalhadores que plantam laranja, mesmo com tudo isso se dá pelo medo do custo do que pela atratividade da citricultura (ALMEIDA, 2015).

Por isso Santana (2013) afirma que o problema da crise da citricultura é nacional, muito mais amplo, que em nível estadual se intensifica com o conjunto de fatores, técnicos, políticos e de controle de mercado em que o trabalhador camponês não pode fazer frente.

O autor aponta ainda que a diminuição da demanda do suco concentrado de laranja no mercado mundial tem ocorrido fazendo com que a produção de suco de laranja tenha menos concentração do teor da fruta, logo consuma menos quantidade de laranja. Soma-se a isso o processo de verticalização da produção, em que indústrias que produzem suco passam também a plantar as laranjas que esmagam. Este processo de verticalização ocorre de duas formas: quando donos de indústrias tornam-se proprietário de terras ou quando citricultores tornam-se também donos de indústrias esmagadoras. Eles garantem assim o controle do preço do mercado.

Esta concentração e centralização do capital favorecem grupos industriais e grandes proprietários e fragiliza os trabalhadores camponeses. Em Sergipe, por exemplo, a Maratá Sucos produz uma parte das laranjas que esmagam (o dono de indústria se torna proprietário de terra). Com a Tropfruit foi um médio proprietário de terra que se tornou dono de indústria. Então a questão envolve o perfil de mercado altamente concentrado e cartelizado de suco concentrado de laranja.

Conclusões

No contexto de crise estrutural a expansão do capitalismo no campo no início deste século continua sendo profundamente contraditória e, para lembrar Oliveira (2003), apresenta-se pela territorialização do capital, quando este varre do campo os trabalhadores ou os transforma em assalariados no campo; e pela monopolização do território pelo capital, quando cria e redefine relações de produção não-capitalistas propiciando as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo de produtos industriais no campo. No campo os mecanismos de extração da mais-valia são cada vez mais perversos, criando condições para o surgimento de várias formas de trabalho, da ampliação dos movimentos sociais de luta pela terra e também do aumento da produção com base no trabalho familiar camponês.

Com o programa de revitalização da citricultura as formas de acumulação do capital contemporâneo se estabeleceram no conflito de camponeses proprietários, que só conseguem realizar sua produção de laranja, embora consorciada com outros cultivos (fumo, maracujá, mandioca, legumes e etc.), pela subordinação às indústrias produtoras de adubos, pelas indústrias consumidoras dos seus excedentes e pelo capital bancário. Como o

principal fundamento do capital é o controle do trabalho, é indiferente ao capital se esse trabalho é proveniente de camponeses, pequenos produtores ou trabalhadores assalariados. O objetivo é seu controle, sua apropriação de forma direta ou indireta.

Mesmo o camponês não produzindo mais-valia, pois não é assalariado, mas contribui para a realização da mesma quando consome tecnologias e quando vende seus produtos para o mercado. Não existe autonomia, o camponês está incluído entre as diversas formas de exploração do trabalho que o capital suga no processo de valorização e realização. Eles buscam melhores condições de vida reivindicando adubos mais baratos e preços mais justos pelos produtos, pois praticamente trabalham de graça para o capital. O objetivo de aumentar a renda é: para garantir o sustento da família, comprar mais terra, para reprodução da vida. Toda forma de inserção de tecnologia serve como mediadora dessa relação de subordinação e exploração do trabalho pelo capital.

As formas de exploração não estão revestidas nos pagamentos de salários, que são pagos para a manutenção mínima do trabalhador sob a forma assalariada. O trabalhador não assalariado camponês facilita a reprodução e exploração do capital pela incorporação da renda da terra cristalizada no produto que é consumido, neste tem-se o tempo de trabalho ocultado e os insumos que foram adquiridos para a sua realização. Assim, a terra ao ser monopolizada, é como se “pertencesse” ao capital e fica aparentemente oculta a forma de subordinação e exploração.

O circuito da produção, circulação, distribuição e consumo do suco de laranja é complexo (produtores de insumos, frutas e subprodutos agroindustriais, beneficiadores de laranjas e comerciantes) e cada vez mais sensível às demandas da acumulação flexível. A leitura da totalidade permite romper com a leitura escalar e fragmentada das causas da crise da laranja em Sergipe e ver as conexões entre estruturas produtivas de baixa e alta composição orgânica, que alimentam a criação de mais-valia em novas formas de exploração. A captura da riqueza provém da produção, e esta penaliza sobretudo os trabalhadores das pequenas propriedades produtoras no estado e em Lagarto. Sendo assim, há um descaminho do programa que se traduz atualmente em um crescente desemprego, baixa produtividade e precariedade do trabalho camponês que é veiculada pelo preço de venda do seu produto.

Os níveis de precariedade aparecem na instabilidade da venda, na vulnerabilidade do cultivo, na incerteza dos rumos nas condições de produção, na ausência de condições de

barganha do preço. O fim do programa de revitalização revela uma condição delicada de desemprego que se delineia desde a década de 1990 em sintonia com a crise estrutural do capital. A incorporação de tecnologias mesmo fomentando pontualmente pés de laranja melhores, com produtividade maior de mudas, diminuiu a demanda por trabalho (mesmo com as novas formas de trabalho criadas com os viveiros telados). Somado a isso os níveis de expropriação transformam os trabalhadores, antes produtores, em diaristas, informais que migram rumo à cidade na busca de novas modalidades de trabalho. A crise estrutural impõe limites à oferta de trabalho digna no campo ou na cidade. As formas de trabalho que passam a ser criadas, tem como base a precarização somada a precariedade, o campo o trabalhador mesmo permanecendo com a terra insere-se neste processo garantindo a reprodução contraditória do capital.

Referências

- ALMEIDA, Márcio Rogers Melo de. **Qual a natureza da crise na citricultura sergipana?** Estudos socioeconômicos e ambientais: EMBRAPA Tabuleiros Costeiros/SE, 31/03/2015. Disponível em [<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2611982/artigo-qual-anatureza-da-crise-na-citricultura-sergipana>]. Acesso junho de 2016.
- ALVES, Giovani. **Dimensões da reestruturação produtiva – ensaios de sociologia.** Editora Praxis, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; vol.1)** 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: _____; BRUNHOFF, Suzane de; DUMÉNI, Gérard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. **A finança capitalista.** São Paulo: Alameda, 2010. Cap. 2, p -95-182.
- LEITE, Marcia de Paula. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In _____ . OLIVEIRA, Roberto Vêras; GOMES, Darcilene e TARGINO, Ivan (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho. Das origens às novas abordagens.** João Pessoa: UFPB, 2011.p. 29-63.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **O gosto amargo da fruta: crise na citricultura sergipana e desorganização dos produtores.** Projeto de pesquisa da FAPITEC, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital - Rumo a uma teoria da transição**. 1ª Edição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In _____: OLIVEIRA, Ariovaldo. U. e MARQUEZ, Marta. I. M. (Orgs). **O Campo no Século XXI Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2003. pg.71-85.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

SANTANA, Carlos Kleber Pereira de. **A dinâmica da citricultura sergipana e suas relações institucionais: programa de revitalização e permanência da crise**. Dissertação de Mestrado: NUPEC/UFS, São Cristóvão: 2013.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho**. In revista Pegada Eletrônica. v.3, nº 1 e 2, Santiago de Compostela, outubro de 2004. Disponível em <http://www.cerai.es/fmra/archivo/thomaz_junior.pdf>. Acesso 08 de janeiro de 2006.